

# o jogo político das lideranças do associativismo negro: alianças, conflitos e redes de proteção em salvador na segunda metade do século XIX

Lucas ribeiro campos\*   
universidade federal da bahia  
salvador - bahia - brasil

## resumo

A Sociedade Protetora dos Desvalidos, primeira associação civil negra do Brasil, instalada em 1851 na cidade Salvador, se tornou um espaço importante de negociação entre lideranças de cor e políticos baianos, na segunda metade do século XIX. Alguns de seus associados se destacaram como importantes lideranças e alcançaram um status de enorme prestígio entre os trabalhadores de cor da cidade de Salvador. Este artigo tem como objetivo entender quais os sentidos das articulações dessas lideranças com figuras importantes da Bahia. Busca-se investigar como aqueles trabalhadores, em sua maioria artistas e artífices, negociaram e disputaram um projeto político para os homens de cor, com a intenção de alcançar direitos básicos enquanto cidadãos, como educação, dignidade, assistência mútua, participação política e pertencimento racial.

**Palavras-chave:** Associativismo negro; Sociedade Protetora dos Desvalidos; Política dos homens de cor.

## abstract

The Sociedade Protetora dos Desvalidos, Brazil's first black civil association, installed in 1851 in the city of Salvador, became an important space for negotiation between color leaders and Bahian politicians in the second half of the 19th century. Some of its associates stood out as important leaders and achieved a status of enormous prestige among the colored workers of the city of Salvador. This article aims to understand the meanings of the articulations of these leaders with important figures from Bahia. It seeks to investigate how those workers, mostly artists and craftsmen, negotiated and disputed a political project for men of color, with the intention of achieving basic rights as citizens, such as education, dignity, mutual assistance, political participation and racial belonging.

**Keywords:** Black associations; Sociedade Protetora dos Desvalidos; Politics of men of color.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA) com pesquisa intitulada "Associativismo negro na Bahia da segunda metade do século XIX". Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro da linha de pesquisa "Escravidão e Invenção da Liberdade". E-mail: lucasribeiroc2@gmail.com.

## introdução

Nos últimos anos os estudos sobre escravidão e pós-abolição no Brasil passaram por um processo intenso de transformações, com a expansão de temas, problemas, metodologias e fontes. Ganhou força a chamada nova historiografia da escravidão, dedicada às formas de participação política e cultural de homens livres de cor, libertos e escravizados. De acordo com Stuart Schwartz, diferente do que acontecia nas décadas de 1950 e 1960, em que o interesse primordial eram nas consequências da escravidão como sistema sobre a economia e toda a sociedade, essa nova tendência, que se desenvolveu nas últimas décadas, destaca “a importância de se compreender a organização da escravidão e seu funcionamento tanto como forma de trabalho quanto como sistema social e cultural.”<sup>1</sup> Dentre os novos temas dessa historiografia, que interessam a este artigo, vale destacar a participação de pessoas livres e libertas em irmandades, associações e partidos.

Na década de 1990, em sintonia com essa nova historiografia da escravidão e muito inspirada no marxismo britânico de Edward Thompson, Silvia Lara chamou a atenção para uma abordagem com mais prioridade na liberdade ao invés da escravidão, ao trazer alguns elementos para que o debate não se restringisse a uma dicotomia desnecessária e pouco produtora para os estudos da experiência negra no Brasil. De acordo com a autora, era preciso redimensionar os estudos da escravidão, ao observar livres e libertos e inserir a experiência negra na história social do trabalho, principalmente com a incorporação do século XIX como um período importante para a discussão.<sup>2</sup>

Para este artigo, será analisada a experiência de lideranças do associativismo negro na Salvador da segunda metade do século XIX. Mais especificamente, a reflexão será feita a partir da vivência dessas lideranças à frente da primeira associação civil negra do Brasil, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante SPD), que havia sido fundada na cidade de Salvador, em 29 de outubro de 1851. A SPD era formada, em sua maioria, por trabalhadores da construção civil e, de acordo com seu estatuto de 1874, admitia como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta”, com o objetivo de auxiliá-los na doença, invalidez, prisão, velhice e, até mesmo, após a morte, através de um funeral

<sup>1</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 28-29.

<sup>2</sup> Cf.: LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Proj. História*, v. 12, outubro de 1995, p. 43-56. LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

digno. Além disso, a SPD buscava proporcionar benefícios aos dependentes dos sócios, como pensões aos familiares dos membros falecidos, assim como supervisão e cuidado com a educação dos órfãos.<sup>3</sup>

Neste artigo, busca-se responder as seguintes questões: quais os sentidos das articulações das lideranças do associativismo negro com figuras importantes de Salvador na segunda metade do século XIX? O que ganhavam esses indivíduos ao se aliarem com políticos e pessoas de influência naquele momento? Qual era de fato o projeto político de liberdade daqueles artistas e artífices negros? Para responder a estas questões, o artigo tem como objetivo principal compreender como aqueles trabalhadores negociaram e disputaram um projeto político para os homens de cor, com a intenção de alcançar direitos básicos enquanto cidadãos, como acesso a educação, dignidade, ajuda mútua, pertencimento racial, participação política entre outros.

Em relação às fontes, foi utilizado para escrita deste artigo documentos do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), como atas de reuniões, comunicados, pedidos de inscrição e estatutos. Além disso, as correspondências que eram enviadas pelas lideranças da SPD ao Presidente da Província e os inventários de alguns sócios foram consultados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Periódicos, almanaques e legislações foram pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Essas fontes foram fundamentais para a coleta de dados sobre a trajetória e atuação política de lideranças do associativismo negro que serão apresentadas nas próximas páginas.

## alianças, conflitos e redes de proteção entre lideranças do associativismo negro

Algumas lideranças da SPD constituíram redes de proteção, que além de envolver seus aliados dentro da associação, incluía os chamados “sócios protetores”. A categoria de sócio protetor era constituída, em sua grande maioria, por homens brancos, escolhidos pela capacidade de ajudar a associação, apesar de terem influência relativamente limitada

---

<sup>3</sup> ASPD, Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos, aprovado pelo governo da Província em 26 de agosto de 1874.

nas operações internas da instituição. De acordo com o artigo 8º do estatuto de 1874, os sócios protetores eram “todas aquelas pessoas que por seu coração benfazejo, segundo suas altas representações, queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade”.<sup>4</sup> Entre eles estavam políticos e figuras influentes da sociedade baiana, como presidentes de província, senadores, deputados, desembargadores, advogados, militares, médicos e outros. Os dirigentes da SPD estabeleceram alianças com estes protetores, que eram sustentadas através de uma política de favores, acordos e relações de compromisso. Essas estratégias, na maioria das vezes, decidiam as disputas pelo controle da associação, pois aqueles que constituíam alianças mais consistentes com os protetores eram os que estavam mais blindados no poder e permaneciam mais tempo no comando da associação.

Esse foi o caso do marceneiro Manoel Leonardo Fernandes, um dos membros que mais assumiu cargos diretivos na SPD e protagonizou acirradas disputas pelo comando da associação, principalmente durante as décadas de 1860 e 1870. Manoel Fernandes foi remanescente da antiga Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos e assumiu na SPD os cargos de presidente, vice-presidente e 1º secretário. Na lista eleitoral da Freguesia da Sé, em 1878, havia declarado ter 50 anos de idade, solteiro e com uma renda anual de 500\$000 réis.<sup>5</sup> Morava ou trabalhava na antiga Ladeira do Aljube, próximo de onde hoje está o viaduto da Sé, esquina com a Ladeira da Praça.<sup>6</sup> Manoel Fernandes tinha ambições dentro da SPD e a sua presença no controle da associação rompeu com a hegemonia de um antigo grupo no poder. Era inegável sua atuação como uma forte liderança dentro da associação, provavelmente protegido por diversos políticos da época.

Na eleição para a nova diretoria da SPD do dia 25 de outubro de 1863, o então vice-presidente Manoel Fernandes protagonizou uma disputa com o grupo de Joaquim de Santana Gomes Ferrão. Naquela ocasião, Manoel Fernandes assumiu interinamente o cargo de presidente e foi o responsável por ter conduzido aquela eleição, tendo em vista que o titular do cargo, Joaquim Ferrão, estava impossibilitado de comparecer naquele dia, por motivo de doença. Sua presença presidindo uma sessão tão importante como aquela, despertou a desconfiança de antigas lideranças da SPD, que temiam perder a hegemonia

<sup>4</sup> ASPD, Estatuto da SPD de 1874.

<sup>5</sup> O MONITOR, 30/07/1878, p. 2.

<sup>6</sup> MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak Administrativo e industrial da Bahia, para o anno de 1860*. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis & Cia, 1860, p. 323.

e as prerrogativas no comando da associação, construídas através de alianças políticas cultivadas há algum tempo.

Durante a sessão da eleição de 1863, Manoel Fernandes foi duramente criticado por alguns sócios, por ter descumprido o estatuto, ao ter aceitado cédulas com votos de associados que não estavam presentes no dia da votação. Contudo, o que provocou maior confusão naquela sessão foi à decisão do vice-presidente de anular a chapa em que constava o nome do sócio suspenso Francisco das Chagas e Assis para o cargo de visitador. Houve muita confusão entre os membros, que se dividiram entre aqueles que estavam ao lado de Francisco Assis e os que não aceitavam a presença dele naquela chapa. Embora o vice-presidente solicitasse ordem diversas vezes, a sessão seguiu em um clima tenso, a ponto do sócio suspenso e seus correligionários – entre eles Bento Ignácio de Oliveira, Feliciano Primo Ferreira, Damião Cardoso da Costa, Pedro Ribeiro de Figueiredo, José Pedro do Sacramento e Gregório Joaquim de Santana –, se retirarem da sala das sessões, dizendo em protesto “que seus pés não se cruzavam mais na sociedade”. Ao final da sessão, Manoel Fernandes foi eleito presidente, junto com alguns sócios do seu grupo, que assumiram cargos importantes.<sup>7</sup>

No dia 27 de outubro, Manoel Fernandes enviou a lista com os nomes da nova diretoria para o presidente da Província, o conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que era sócio protetor da SPD.<sup>8</sup> Esse era um procedimento previsto pelo artigo 29, parágrafo 5º, do decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860, que dizia que os montepios seriam responsáveis pela eleição ou nomeação de seus quadros administrativos e cabia apenas ao governo da Corte ou presidentes das províncias, nomear entre os mais votados, quem iria presidir as associações.<sup>9</sup> Ou seja, apesar da eleição, cabia somente a autoridade máxima da província escolher quem realmente iria conduzir a instituição durante o exercício de um ano. Esse procedimento fazia parte de uma lógica de controle,

<sup>7</sup> ASPD, ata da Assembleia Geral de 25/10/1863.

<sup>8</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação dos novos funcionários da Sociedade Amparo dos Desvalidos, eleitos em Assembleia Geral do dia 25/10/1863, enviada no dia 27/10/1863.

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, e prorroga por mais quatro meses o prazo marcado pelo artigo 1º do Decreto nº 2.686, de 10 de novembro do corrente ano. *Collecção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, p. 1125-1140, 1860.

no qual as autoridades escolhiam lideranças que fossem de sua confiança para conduzirem aquelas associações.

Esse controle do governo exigia das lideranças de cor um empenho em estabelecer boas relações com os presidentes da província, pois não bastava apenas serem eleitos pelos sócios e terem o apoio de seus aliados dentro da associação para chegarem ao poder, era necessário que sua capacidade de comando fosse reconhecida pela maior autoridade provincial. Havia nesse jogo político, relações estreitas entre a SPD e o Estado Provincial, no qual a associação se constituiu como uma instituição política importante no tabuleiro do poder. Desse modo, as disputas internas ganharam uma dimensão mais complexa, pois alguns sócios utilizaram essa lógica de dominação ao seu favor, para alcançarem posição de destaque dentro da instituição, em detrimento de seus rivais. De acordo com Júlio Braga, alguns desses sócios permaneceram durante muito tempo ocupando cargos na diretoria da SPD, por conta de “suas habilidades políticas, prestígio pessoal ou tino administrativo” e constituíram verdadeiras oligarquias na associação.<sup>10</sup>

No ano de 1863, os sócios que saíram insatisfeitos com o resultado da eleição, perceberam as possibilidades de negociação dentro dessa lógica de dominação, pois rapidamente se articularam com o presidente titular da SPD, Joaquim Ferrão, e enviaram um requerimento para a autoridade provincial, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, solicitando intervenção para a realização de nova eleição. Joaquim Ferrão tomou partido desses membros e disse que os argumentos deles eram “plausíveis e razoáveis,” tendo em vista a “parcialidade demonstrada pela Mesa,” ao “fazer prevalecer uma lista ou chapa por ela imposta.” Ainda sugeriu a possibilidade dessa nova eleição ser realizada com assistência de alguma autoridade designada pelo presidente da Província, provavelmente como uma estratégia para acionar políticos que pudessem influenciar uma nova eleição a favor de seu grupo.<sup>11</sup>

Esse grupo de opositores era constituído basicamente pelos membros que saíram insatisfeitos na sessão do dia 25 de outubro. Francisco das Chagas e Assis, figura central na confusão daquele dia, participou das reuniões da antiga Irmandade dos Desvalidos na década de 1840 e chegou a assumir o cargo de 2º solicitador. Pedro Ribeiro de Figueiredo

<sup>10</sup> BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987, p. 55, 66-68.

<sup>11</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, requerimento assinado por Joaquim de Santana Gomes Ferrão em 26/10/1863.

ocupou o cargo de porteiro/arquivista duas vezes (1862-1863; 1866-1867) e Damião Cardoso da Costa foi cobrador (1859-1860) e 1º secretário (1860-1861). Já José Pedro do Sacramento foi operário da oficina de carpinteiros do Arsenal da Marinha, assumiu os cargos de 2º cobrador (1859-1860; 1866-1867), e depois foi eleito presidente (1867). O sócio Bento Ignácio de Oliveira exercia o ofício de empalhador e havia sido 1º secretário (1855) e presidente entre os anos de 1860 e 1861.<sup>12</sup>

Um dos que mais se tem informações daquele grupo é Feliciano Primo Ferreira, que era filho de africana, residia na Ladeira da Conceição da Praia e estava inserido nas redes de sociabilidades dos candomblés.<sup>13</sup> Em seu inventário consta que possuía dois armazéns de madeira, com endereço na Ladeira da Preguiça, o que indica que fosse um comerciante deste ramo. Provavelmente era uma figura que tinha fortes contatos na cidade de Salvador, principalmente no meio dos trabalhadores da construção civil, o que lhe dava as credenciais necessárias para assumir cargos diretivos na associação, já que a maioria dos sócios da SPD eram desse ramo. Possuía pelo menos um escravo, que talvez trabalhasse para ele nos armazéns. Faleceu no ano de 1868 e deixou apenas sua mãe como herdeira.<sup>14</sup> Assumiu o cargo de 1º secretário (1845) na Irmandade dos Desvalidos e depois as funções de presidente (1852-1853), vice-presidente (1853-1854) e tesoureiro (1859-1860) da SPD.<sup>15</sup>

No inventário de Feliciano ainda consta Joaquim Ferrão como seu inventariante, o que indica uma proximidade entre aquelas duas lideranças. Joaquim Ferrão era torneiro mecânico, também morava na Ladeira da Preguiça e, além de ter sido presidente naquela ocasião, havia ocupado os cargos de 1º secretário (1856-1858) e tesoureiro entre os anos de 1860 e 1861 (MASSON, 1857, p. 384). Tendo em vista sua forte influência dentro da instituição, pode ter sido ele quem influenciou, em 1861, na entrada de seu filho, Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, como sócio efetivo com apenas 17 anos de idade, o que contrariava as regras do estatuto, que apenas aceitava maiores de 18. Gregório era

<sup>12</sup> CAMPOS, Lucas R. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018, p. 42.

<sup>13</sup> CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, p.257.

<sup>14</sup> APEB, Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11.

<sup>15</sup> CAMPOS, 2018, p. 42-43.

solteiro e, assim como seu pai, também trabalhava como torneiro mecânico e chegou a assumir, em 1861, o cargo de 2º secretário da SPD.<sup>16</sup>

As queixas desses opositores chegaram ao conhecimento da recém-eleita diretoria da SPD, liderada por Manoel Fernandes, que sinalizou não haver irregularidades nas eleições, pois o pleito havia sido decidido por maioria de votos e a associação não poderia ficar com os seus trabalhos parados.<sup>17</sup> Em resposta, o presidente da Província solicitou o encaminhamento de uma cópia da ata daquela eleição para ser examinada, mas a Mesa eleita acusou Joaquim Ferrão de fazer a cópia do documento em sua casa, sem passar por deliberação em sessão, o que era contra o estatuto.<sup>18</sup> Existia certo receio do grupo de Manoel Fernandes de uma possível manipulação dos fatos, que favorecesse os argumentos dos queixosos em seu objetivo de anular aquela eleição. Contudo, Joaquim Ferrão enviou a cópia da ata solicitada pela autoridade provincial e aproveitou a oportunidade para reiterar os motivos que levaram aquela oposição a solicitar uma nova eleição:

Cumpre-me declarar a Vossa Excelência, que semelhante ata deixou de ser aprovada pelas irregularidades, e oposições, que nela tiveram lugar, que por isso deixou de ser assinada por alguns sócios antigos, que contiveram presentes a discussão dela, por causa de tais irregularidades, e pelo descomportamento do Vice-Presidente [Manoel Leonardo Fernandes]: cujos argumentos de que ele se compõe são todos fabulosos [argumentos falsos], e compostos agora a contento dos opositores para se poder satisfazer a exigência de Vossa Excelência, que evidentemente dela verá o quanto se tem procedido contra as disposições dos Estatutos, que rege a Sociedade, cuja ata não estando ainda lançada no respectivo livro, deu lugar a não ser com brevidade respondida e satisfeita a exigência de Vossa Excelência, e fazendo constar aos sócios, que me representaram a qual representação remeti a Vossa Excelência com o supradito ofício, eles

<sup>16</sup> LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de forros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba de; TORRES, Maria Aparecida; CIRINO, Sônia (Org.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato. São Paulo: Fapesp, 2007.

<sup>17</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício assinado pelo 1º secretário Manoel Salustiano Severiano Gomes em 05/11/1863.

<sup>18</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício de 27/11/1863, assinado pelo 1º secretário Manoel Salustiano Severiano Gomes, 2º secretário Guilherme Francisco Henrique, tesoureiro Antônio José Bracete, 1º cobrador João Theodoro da Soledade e o 2º cobrador João Pereira dos Santos Godinho.

reprovaram completamente a composição em que se acha lançada a referida ata, que deixou de ser aprovada pelas ditas irregularidades, oposições sem fundamento, provável, e descomportamento do referido Vice-Presidente. Julgo ter assim satisfeito ao que me foi exigido por Vossa Excelência de quem espero, que faça à costumada justiça para exato cumprimento da ordem e dos Artigos dos Estatutos, que deve reger à Sociedade respectiva.<sup>19</sup>

Ao observar a disputa entre os dois grupos, é possível perceber que houve uma movimentação de ambos os lados para justificar o acesso ao espaço que pretendiam ocupar, através de um discurso que buscava obter simpatia e proteção da autoridade provincial. De um lado, os “sócios antigos”, liderados por Joaquim Ferrão, muito preocupados com a possibilidade de perderem a hegemonia no controle da associação, atacaram a gestão eleita e acionaram o presidente da Província, através de um discurso que denunciava o “descomportamento” e as supostas irregularidades promovidas pelo presidente eleito. Do outro lado, a diretoria eleita, comandada por Manoel Fernandes, se defendia e argumentava que inexistia razão para as queixas daquele grupo, pois todo o procedimento da eleição seguia as regras dos estatutos, e que, por sua importância, a SPD não poderia ter os seus trabalhos interrompidos.

Esse episódio revela uma disputa política complexa, que provavelmente tinha relação com as inclinações partidárias dos sócios. Quando se instalou a SPD, como uma instituição civil, em 1851, após o racha entre os membros da Irmandade dos Desvalidos, no final da década de 1840, o Império brasileiro estava sob a influência dos conservadores no poder. Esse período é tratado pela historiografia como *tempo saquarema* (1843-1861), pois existia um projeto conservador de construção e consolidação do Estado imperial, no sentido da manutenção interna dos privilégios coloniais e construção de uma classe senhorial.<sup>20</sup> Figuras como Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe) e Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, presidiram a província da Bahia nessa época e foram matriculados como sócios protetores da SPD. Acredito que talvez o grupo de Joaquim Ferrão, que mantinha uma hegemonia desde a instalação da SPD em 1851, tenha se aproximado desses políticos ligados ao

<sup>19</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício assinado por Joaquim de Santana Gomes Ferrão de 28/11/1863.

<sup>20</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Partido Conservador naquele período e constituíram acordos para manter o controle da associação.

No entanto, algum tempo depois, com a perda da hegemonia política dos conservadores no Brasil e na Bahia, a partir do início da década de 1860, figuras como Manoel Leonardo Fernandes, que tinha o apoio de indivíduos ligados ao Partido Liberal, ascenderam como fortes lideranças dentro da associação. Apesar de Manoel Fernandes ter vencido aquela disputa, as querelas com o grupo de Joaquim Ferrão não cessaram por aí, pois no ano de 1864, o então presidente, que agora contava com a proteção das autoridades legais, fez um discurso que conclamava os sócios a lutarem contra “aqueles que conosco deveriam partilhar as nossas fileiras”. Em um complemento desse mesmo documento, Antônio José Bracete, na época membro da Comissão de Contas e aliado de Manoel Fernandes, disse que a SPD durante seus dez primeiros anos como instituição civil, estava entregue aos cuidados de “meia dúzia de homens inexperientes, decrépitos e até analfabetos”, que administravam a associação como bem queriam. Bracete provavelmente estava se referindo ao grupo de Joaquim Ferrão. Acrescentou que graças ao decreto de 1860, que proporcionou através do governo a aprovação do estatuto da associação, já não era “aquela Sociedade decrepita e sim a Sociedade Protetora dos Desvalidos que socorre as viúvas e ampara seus órfãos”. Concluiu sua fala ao destacar que seu grupo foi responsável por ter “acabado com tudo quanto era de mau”, além de ter “acabado com este desleixo”, que era “arma mais miserável que há no mundo.”<sup>21</sup>

Antônio Bracete tinha cerca de 48 anos de idade na época, era solteiro e, assim como Manoel Fernandes, exercia o ofício de marceneiro.<sup>22</sup> Havia ocupado na SPD o cargo de tesoureiro (1862-1863) e depois assumiu as funções de arquivista, entre os anos de 1864 a 1865.<sup>23</sup> Em novembro de 1865, estava na lista dos sócios mais votados, enviada ao então presidente da Província Manoel Pinto de Souza Dantas, importante chefe político do Partido Liberal e sócio protetor da SPD, que o escolheu como presidente da associação naquele ano.<sup>24</sup> Havia sido guarda na Freguesia de Brotas desde 1839, uma espécie de

<sup>21</sup> De acordo com Klebson Oliveira, que foi responsável por transcrever diversas atas da SPD em sua tese de doutorado, este documento está dividido em duas partes, uma escrita por Manoel Fernandes e outra por Antônio José Bracete, durante a década de 1860, sem uma data específica. OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvaor, 2006, p. 637-638, 1039.

<sup>22</sup> O MONITOR, 30/07/1878, p. 2.

<sup>23</sup> CAMPOS, 2018, p. 45.

<sup>24</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação dos novos funcionários enviada em 06/11/1865.

inspetor de quartirão, onde também estava qualificado para eleições na época. Tinha muito orgulho de um batalhão ao qual serviu, ao que parece da Guarda Nacional, mas teve que pedir dispensa em agosto de 1864, pois já se encontrava na reserva por impossibilidade de serviço. Até o ano de 1859, era conhecido como José dos Santos Bracete, mas por conta de ter aparecido na capital da Província outro indivíduo com este nome, vindo do Rio de Janeiro, em 1858, passou a se chamar Antônio José Bracete. Declarou em 1864, que até então nunca havia divulgado na imprensa a mudança de seu nome, “por ser um pobre artista” e que pouco importava que os outros o “chamassem Pedro ou Paulo”, porém “agora qualificado na freguesia da Sé e podendo ser procurado por alguém visto ser tempo de eleições”, achou melhor divulgar a mudança de seu nome

<sup>25</sup>

Imagino que Bracete e Manoel Fernandes tenham adquirido uma experiência que lhes garantiu acordos com autoridades da época, capaz de possibilitar a presença de ambos no comando da SPD. Com o gabinete liberal no poder e os chefes locais da província da Bahia fortalecidos, ambos ganharam confiança e assumiram uma postura de enfrentamento com os “sócios antigos” da associação. Ao depreciar os opositores em sua fala, Bracete tinha o objetivo de sensibilizar os sócios e os políticos locais para o engajamento de seu grupo na liderança da SPD, através do reconhecimento de suas capacidades de comando. Buscou diferenciar seus aliados de um tipo de indivíduo que era indesejado pelas autoridades. Construiu assim uma imagem alinhada com o ideal de uma liderança moralizada, instruída, qualificada em seu ofício, disciplinada e apurada com as leis de controle do Estado, ou seja, capaz de exercer sua cidadania política. Antes era apenas “um pobre artista”, que não se importava nem mesmo com a forma que era chamado, desconsiderando a própria identidade de seu nome, e só sentiu necessidade de divulgar a mudança, por conta das vantagens de sua inserção na dinâmica eleitoral daquela instituição. Agora, Bracete vislumbrava novas possibilidades de adquirir benefícios das autoridades políticas, como o acesso e permanência no comando da SPD.

Algum tempo depois, em agosto de 1876, Manoel Fernandes protagonizou outra disputa pelo controle da SPD. Agora com o sócio Caetano de Mattos. Em certa medida, podemos dizer que essa querela foi decidida pelo nível de influência que os pleiteantes

---

<sup>25</sup> O ALABAMA, 09/08/1864, p. 4.

mantinham com os sócios protetores. Na época, Caetano de Mattos tinha cerca de 40 anos de idade, exercia o ofício de funileiro e tinha uma oficina na Rua do Corpo Santo.<sup>26</sup> Contou com o apoio de lideranças como Severiano Pedro da Silva, que também exercia a profissão de funileiro,<sup>27</sup> com oficina no mesmo endereço, além do pedreiro Manoel Francisco dos Santos, antiga liderança da SPD desde 1857.<sup>28</sup> Com a ajuda desses sócios, Caetano de Mattos assumiu interinamente a presidência e conseguiu influenciar a Assembleia Geral em uma deliberação que decidiu pela demissão de Manoel Fernandes, sob alegação de que o presidente titular não merecia mais a confiança da Assembleia, pois havia abandonado uma sessão sem justificar o motivo de sua saída.<sup>29</sup>

Naquele mesmo dia, compareceu o sócio protetor Albino Henriques da Silva, provavelmente a convite de Manoel Fernandes. Albino tinha em torno de 44 anos de idade, era casado, tinha filhos e exercia a profissão de tipógrafo.<sup>30</sup> Havia sido membro da Comissão Fiscal da Associação Tipográfica Baiana em 1871 e administrava o Diário da Bahia desde o ano de 1864, órgão ligado aos correligionários do Partido Liberal, especialmente nas figuras do Conselheiro Dantas, Rui Barbosa e do médico Sátiro de Oliveira Dias, todos protetores da SPD.<sup>31</sup> Ao que parece, Albino era um sujeito de grande influência nos meios da imprensa, da classe trabalhadora e das autoridades públicas, o que tornava conveniente para os interesses de Manoel Fernandes a sua presença na sessão daquele dia, provavelmente por terem construído há algum tempo uma relação de proteção.

Albino cumpriu bem o seu papel naquela sessão, manifestou apoio ao presidente Manoel Fernandes e registrou em ata que não existia número suficiente de sócios para se

<sup>26</sup> ASPD, pedido de inscrição de Caetano de Mattos, indicado por Severiano Pedro da Silva, aprovado em 17/05/1893. PIMENTA, Altino Rodrigues. *Almanak administrativo, commercial e industrial da Província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., Anno I, quarta parte, 1872, p. 25.

<sup>27</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação nominal dos sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos que ingressariam no Liceu de Artes e Ofícios em 19/08/1872.

<sup>28</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manoel Francisco dos Santos em 20/10/1879, p. 1.

<sup>29</sup> ASPD, comunicado do vice-presidente Caetano de Mattos de 13/08/1876; ASPD, ata da Assembleia Geral de 20/08/1876.

<sup>30</sup> O MONITOR, 13/07/1878, p. 1.

<sup>31</sup> SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: INL/MEC, 1979, p. 29, 31, 39. ANDRADE, Humberto Santos de. *Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do XX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História, Assis, 2014, p. 57, 63.

tomar qualquer deliberação. Ainda questionou as motivações para a realização da Assembleia, ao dizer que se o Conselho havia sido suspenso, o vice-presidente também deveria ser punido, pois era parte do mesmo Conselho. Em resposta, o grupo de Caetano de Mattos argumentou que o procedimento era considerado normal e declararam que o vice-presidente não tinha culpa de nada, pois nem sabia o que o resto do Conselho fazia. Além disso, destacaram outras causas que justificavam a demissão de Manoel Fernandes, como sua inadimplência com as mensalidades, a retirada de dinheiro do caixa para empréstimos e pagamentos desconhecidos, além das irregularidades nos últimos demonstrativos de receita e despesa. Com todos esses argumentos em mãos, Caetano de Mattos realizou uma votação que decidiu por 9 votos contra 7 pela demissão do Conselho e a eleição de uma nova gestão, que o tinha como presidente.<sup>32</sup>

No dia 27 de agosto foi realizada outra sessão da Assembleia Geral, na qual Manoel Fernandes e seus aliados apresentaram um “protesto anulatório” em relação aos trabalhos da sessão anterior. Agora contra-atacavam o grupo de Caetano de Mattos, pois além de contarem com a presença de Albino Henriques da Silva, estava presente também na sessão o sócio protetor Antônio Carneiro da Rocha.<sup>33</sup> Este era filho do Major Nicolau Carneiro da Rocha, que também era sócio protetor da SPD. Tinha uma tradição política forte, pois havia ocupado o cargo de deputado provincial (1868-1869) e parece que naquele momento sua aproximação com os membros da SPD tinha algum interesse na busca de apoio para se eleger novamente, porque foi eleito para o mesmo cargo no ano de 1878 a 1881. Era uma figura importante e, assim como seu pai, tinha uma relação próxima com os liberais, pois haveria de ser ministro da Agricultura, no gabinete do Conselheiro Dantas, no ano de 1884.<sup>34</sup> Frequentou também durante a década de 1870, uma das mais importantes sociedades abolicionistas da capital baiana, a Sociedade Libertadora Sete de Setembro.<sup>35</sup>

Talvez a presença desses dois protetores, que tinham uma vasta rede de possibilidades políticas, tenha intimidado os opositoristas de alguma forma. Manoel Fernandes utilizou sua rede de proteção, construída há muitos anos à frente da instituição,

<sup>32</sup> ASPD, ata da Assembleia Geral de 20/08/1876.

<sup>33</sup> ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 27/08/1876.

<sup>34</sup> ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930, Formato EPUB. São Paulo: FGV, 2015.

<sup>35</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 258.

para conseguir garantir o comando da SPD naquele momento, tendo em vista as investidas de Caetano de Mattos, apadrinhado por opositores, que provavelmente não estavam satisfeitos com a sua presença no poder. O grupo de Caetano de Mattos perdeu aquela briga em uma votação decidida por 14 votos contra 9, pela reprovação da eleição promovida para derrubar o presidente. Manoel Fernandes reassumiu a cadeira da presidência e reestabeleceu o domínio legal da diretoria.<sup>36</sup> Essa disputa, além de evidenciar mais uma vez o quanto Manoel Fernandes tinha uma relação próxima com políticos liberais, desde a década de 1860 – provavelmente mais forte na figura dos Carneiro da Rocha –, demonstra como as lideranças do associativismo negro constituíram e acionaram essas redes de proteção para atenderem os seus interesses.

Estes “novos sócios”, no qual fazia parte Manoel Fernandes, Antonio Bracete e outros, talvez tenham constituído alianças com os liberais, pois estes falavam aos grupos subalternizados, como os negros, através de uma retórica do liberalismo, que invocava os conceitos de igualdade cívica, democracia política e os direitos de cidadania. De acordo com George Reid Andrews, em muitos países da América Afro-Latina, existia uma “política negra” organizada em torno de disputas entre os conservadores e liberais. Particularmente na América espanhola, havia uma inclinação das elites tradicionais, proprietárias de terras e comerciantes poderosos dos tempos coloniais, de se agruparem no Partido Conservador, que defendia a preservação da herança colonial, como o catolicismo, a hierarquia social e racial e as grandes propriedades rurais. Apesar do Partido Liberal também ter conseguido o apoio de latifundiários e grandes comerciantes, “seu principal apelo era a grupos sociais que haviam sido excluídos de posições de poder e privilégio durante o período colonial e que estavam agora procurando oportunidades para participar e ascender no novo mundo pós-independência.”<sup>37</sup> Portanto, é possível supor que algumas lideranças da SPD, que ascenderam no período que os liberais ganharam força, talvez vislumbrassem nessa retórica um possível caminho para executarem seu projeto de liberdade.

<sup>36</sup> ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 27/08/1876.

<sup>37</sup> ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 124, 125.

## considerações finais

Ser livre no contexto escravista pode ter ganhado significados diferentes para diversos sujeitos. A liberdade de poder constituir uma associação formada por homens de cor, que proporcionou a constituição de uma identidade, uma assistência social e promoveu um projeto político de trabalhadores negros, pode ser lida como uma via não apenas de sobrevivência entre aqueles indivíduos, mas também de resistência e dignidade em uma sociedade escravista. Cada trabalhador livre de cor que optou por apostar no projeto político da SPD entendeu que aquele espaço era uma possibilidade de fazer com que suas expectativas fossem alcançadas.

Nas estreitas avenidas de participação política e de cidadania no Brasil, alguns negros como Manoel Leonardo Fernandes, Antônio José Bracete, Feliciano Primo Ferreira, Caetano de Mattos, Joaquim de Santana Gomes Ferrão e outros, exploraram ao máximo os espaços de atuação possíveis. Esses indivíduos disputavam o jogo político e partidário do Segundo Reinado, através de alianças e redes de proteção. Essas estratégias consolidavam o poder de barganha de determinadas lideranças de cor, a partir de uma agenda específica para os negros. Ser sócio da SPD significava ter a possibilidade de lutar por direitos básicos enquanto cidadãos, como educação, dignidade, assistência mútua, participação política e pertencimento racial.

Flavio Gomes ressalta a necessidade de atentar para o fato de que as pessoas negras reunidas em coletividades estavam falando "de e para si mesmos". Ao tomarem essa postura, nas palavras do autor, os negros "provavelmente não queriam apenas acesso a direitos de uma dada cidadania. Em sindicatos, associações e projetos de partidos políticos, agendaram a questão racial". Ou seja, "talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta."<sup>38</sup> As lideranças da SPD de fato estavam definindo a pauta racial que melhor lhes representavam, mesmo diante de tensões, conflitos e negociações cotidianas. Deste modo, o associativismo negro baiano deve ser lido sob uma chave interpretativa da construção de uma resistência política dos trabalhadores negros.

---

<sup>38</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 80.

## referências

### Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). *Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província*, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306;

\_\_\_\_\_. *Seção Judiciária*, inventário. Classificação 07/3062/11.

ARQUIVO DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS (ASPD). *Ata da sessão da Assembleia Geral*. Anos indicados.

\_\_\_\_\_. *Comunicado do vice-presidente Caetano de Mattos de 13/08/1876*.

\_\_\_\_\_. *Estatuto aprovado pelo governo da Província em 26 de agosto de 1874*.

\_\_\_\_\_. *Pedido de inscrição de Caetano de Mattos*, indicado por Severiano Pedro da Silva, aprovado em 17/05/1893.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *O Monitor*, Salvador, 1878.

MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., terceiro ano, 1857;

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo e industrial da Bahia, para o anno de 1860*. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis & Cia, 1860;

PIMENTA, Altino Rodrigues. *Almanak administrativo, commercial e industrial da Província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., Anno I, quarta parte, 1872.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (BPEB). Brasil. Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, e prorroga por mais quatro meses o prazo marcado pelo artigo 1º do Decreto nº 2.686, de 10 de novembro do corrente ano. *Collecção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, p. 1125-1140, 1860.

BIBLIOTECA VIRTUAL CONSUELO PONDÉ (BVCP). *O Alabama*, Salvador, 1864.

### Obras Gerais

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930, Formato EPUB. São Paulo: FGV, 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Humberto Santos de. *Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do XX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História, Assis, 2014.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.

CAMPOS, Lucas R. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, p. 213-257.

CHARLOTTE, Galves; LOBO, Tânia (Org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. *Proj. História*, v. 12, outubro de 1995, p. 43-56.

\_\_\_\_\_. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de forros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba de; TORRES, Maria Aparecida; CIRINO, Sônia (Org.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: INL/MEC, 1979.

Recebido em: 15/05/2020 – Aprovado em: 14/07/2020